



**COMPANHIA DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA
ELÉTRICA DO SUL DO BRASIL - UTE Candiota III Fase C.
Licença de Operação nº 991/2010 - 1ª Renovação**

Versão Preliminar – Programa de Educação Ambiental (PEA-PEAT)

Finalidade:

Para análise e aprovação da CGT Eletrosul com vista ao atendimento a Condicionante 2.5.1 da Licença de Operação Nº 991/2010 - 1ª Renovação da UTE Candiota III Fase C.

Elaboração:

Instituto Ecoar para Cidadania, a serviço da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - CGT Eletrosul, Contrato nº 4500061295.

Candiota / RS
Setembro de 2022



INTRODUÇÃO

O Instituto Ecoar para a Cidadania apresenta neste documento, em atendimento ao Contrato nº 4500061295, a Versão Preliminar do Programa de Educação Ambiental (PEA-PEAT) à Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - CGT Eletrosul UTE Candiota III Fase C, com vistas ao atendimento da condicionante 2.5.1.1 da Licença de Operação Nº 991/2010 – 1ª renovação.

A ele confere-se a qualidade de versão preliminar em função da necessidade de aprovação da contratante e, posteriormente realizado por essa, submissão prévia ao IBAMA para fins de análise e aprovação da proposta pelo órgão ambiental, considerando a subsequente incorporação ao documento dos resultados e indicadores que irão emergir da aplicação, no território e direcionado à população impactada pelas atividades da UTPM-Candiota III (Fase C), do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSAP).

A estrutura desta proposta resulta, de um lado, da observação às premissas adotadas pelo IBAMA quanto a elaboração de programas de Educação Ambiental do empreendimento no âmbito do licenciamento Ambiental Federal, e de outro, das características do empreendimento, das particularidades do território e das especificidades socioeconômicas e culturais ali presentes.

Combinado a proposta do PEA desenvolvemos e apresentamos o Programa de Comunicação Social (PCS) e o Programa de Saúde (PS), condicionantes da mesma L.O. supra citada, considerando a estreita relação e complementaridade entre esses programas, principalmente quando optamos pela utilização da Educomunicação Socioambiental como estratégia de ação e de comunicação.

Na forma como foi concebido e estruturado, no âmbito das linhas de ação PEA e PEAT há indicações de publicização, comunicação, inter-trocas, interações, disseminação e democratização da informação, cujas estratégias não estão detalhadas nas respectivas seções, sendo apenas enunciadas nesses itens, genericamente, a intencionalidade. E fizemos esta opção para não hibridizar os 2 (dois) programas. Os mesmos estão sendo tratados em condição de complementaridade, para obedecer a lógica e a forma como as condicionantes são apresentadas e descritas no contexto do documento exarado pelo IBAMA relativo à Licença de Operação Nº 991/2010 – 1ª Renovação, referente ao empreendimento.



Houve, naturalmente, no desenho das propostas que seguem, um esforço de interpretar, acolher e adaptar o atual estágio do empreendimento (FASE C) às premissas e indicações dos documentos expedidos pelo IBAMA que tratam da Educação Ambiental.

1) ESCOPO LEGAL, NORMATIVO E REFERÊNCIAS OBSERVADAS

1.1 – Marco Legal

- Constituição Federal de 1988 – Artigo 225;
- Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981);
- Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (Lei nº 9.797/1999);
- Regulamentação da PNEA (Decreto nº 4.281/2022);
- Regulamentação da PNMA e da Criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental (Decreto nº 99.274/1990);
- Resolução CONAMA nº 01/1986;
- Resolução CONAMA 237/97.

1.2 – Normativas IBAMA

- IN nº 02 /2012 e ANEXO- (Estabelece as Bases Técnicas para os Programas de Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental Federal);
- NOTA TÉCNICA nº 02/2018/COMAR/CGMAC/DILIC - (Subsídios para a aplicação da IN nº 02/2012);
- NOTA TÉCNICA nº 06/2017/COMAR/CGMAC/DILIC – (Diretriz para e elaboração do Programa de Educação Ambiental para empreendimentos em processo de licenciamento ambiental);

- NOTA TÉCNICA nº 039/2011 – COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA – (Orientações para o estabelecimento do Programa de Educação Ambiental no âmbito do licenciamento ambiental);
- NOTA Técnica Nº 013/2012 – COPAH/CGTMO/DILIC/IBAMA – (Orientações para elaboração de Programa de Comunicação Social [PCS] executado no âmbito do licenciamento ambiental.

1.3 - Referências

- Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global;
- Diretrizes Teórico-Metodológicas de Implantação e Acompanhamento de Programas de Educação Ambiental. P&D – ANEEL/FURNAS. Educação Ambiental no Processo de Licenciamento: Construção Metodológica;
- Educação para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Objetivos de Aprendizagem. (AGENDA 2030), UNESCO, 2017.

2) FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA VERSÃO PRELIMINAR

Ao longo processo de constituição da Educação Ambiental como campo disciplinar, como prática e estratégia de interação socioambiental, foi se consolidando o fundamento de que a sua matéria-prima são processos educativos permanentes, continuados e articulados que proporcionem condições objetivas para que os agentes sociais neles inseridos possam desenvolver a sua consciência socioambiental, bem como incorporar novas habilidades, competências, atitudes, comportamentos e conhecimentos que permitam mudar a lógica pela qual se relacionam com os ecossistemas onde vivem.

A síntese dos principais documentos que foram gradualmente proporcionando reflexões que auxiliaram a atribuir sentidos e significados à EA nos permitindo chegar a esta conclusão clara para os especialistas e referência nas práticas de intervenções socioambientais.

A adoção da Educação Ambiental no contexto do licenciamento pode ser entendida como um esforço e compromisso que se inclina na direção da construção de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa e sustentável. Assim, sem promover grandes reflexões sobre o campo da EA, já que este documento se direciona ao setor e



especialistas do órgão licenciador que tratam deste tema, passamos a indicar, abaixo, as principais premissas e princípios nos quais estão assentados esta versão preliminar que, no nosso entendimento, perpassam ou dão sustentação as referências apresentadas.

Ao apontar premissas e princípios, a Versão Preliminar de Programa de Educação Ambiental da CGT ELETROSUL está assumindo tais perspectivas nos processos de Educação Ambiental que desencadeará nos 03 (três) municípios lindeiros situados no sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul mais próximos do empreendimento e, portanto, mais suscetíveis aos potenciais impactos que resultam da atividade que desenvolvem: i) **Candiota** (município sede do empreendimento); ii) **Pedras Altas** (município distante 39Km da planta de geração térmica) e; iii) **Hulha Negra** (município distante 35, 7 Km da CGT Eletrosul).

2.1 – Diretrizes Teórico-Conceituais e Metodológicas adotadas no PEA da UTE Candiota III Fase C

- Os processos de Educação Ambiental a serem desencadeados alinham-se à perspectiva da Educação Ambiental Crítica, Transformadora e Emancipatória;
- Adota, na execução das linhas de ação concebidas, metodologias ativas que, alinhadas ao conceito de EA acolhido nesta proposta, buscam garantir o envolvimento participativo dos agentes envolvidos nos processos educativos;
- A noção de justiça social, entendida como compreensão das causas sociais dos problemas ambientais na sociedade contemporânea, apresenta-se como conceito estruturante nos processos educativos em EA concebidos;
- Adoção, como um dos antecedentes fundamentais da proposta, a delimitação dos sujeitos prioritários dos processos educativos em pauta, os possíveis grupos impactados, aqui assumidos como aqueles com os quais se elabora e realiza todo o processo educativo;
- Assume a concepção de meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- Trabalha com a promoção e fortalecimento da cidadania, do protagonismo e do empoderamento socioambiental dos grupos sociais prioritários envolvidos;
- Assume como compromisso, no âmbito dos processos educativos em EA, a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;



- Acolhimento, reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural;

3) OBJETIVO DO PROGRAMA

Promover, de forma permanente, continuada e articulada, processos de formação em Educação Ambiental voltados, preferencialmente aos grupos sociais reconhecidos como prioritários na área de influência direta da UTE Candiota III – Fase C, mais especificamente no contexto dos municípios de Candiota, Pedras Altas e Hulha Negra, bem como direcionados aos trabalhadores que atuam diretamente no contexto do empreendimento. A ênfase nos grupos prioritários não implica em prejuízo ou exclusão, dos processos formativos, dos demais segmentos e grupos sociais assentados nesses territórios, ao revés, busca-se, como perspectiva ideal, o envolvimento participativo da totalidade da população.

Objetiva-se criar as condições necessárias para que a comunidade e trabalhadores sejam capazes de reconhecer e prevenir eventuais riscos e danos socioambientais decorrentes dos empreendimentos, mas para que também possam contribuir no processo de construção de alternativas de mitigação dos impactos, e igualmente buscando gerar avanços na autonomia, empoderamento e qualificação para o exercício da cidadania individual e coletiva.

4) COMPONENTES DA VERSÃO PRELIMINAR DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

4.1 – Programa de Educação Ambiental (PEA) –

Ementa:

Trata-se da organização e oferta de processos de ensino-aprendizagem em educação ambiental, concebidos em diferentes formatos, tendo como finalidade principal a qualificação e organização dos agentes sociais passíveis de sofrerem impactos ambientais diretos ou indiretos do empreendimento. Buscar-se-á, no desenvolvimento dos processos formativos, o envolvimento participativo dos grupos sociais reconhecidos como prioritários, mas sem prejuízo aos demais grupos comunitários, nos municípios de Candiota, Pedras Altas e Hulha Negra.

4.1.1 – Linha de Ação 1 – Educação Ambiental, Cidadania e Gestão Ambiental Pública

Refere-se a viabilização de processos de ensino-aprendizagem em educação ambiental focados na organização e fortalecimento dos coletivos comunitários com vista



ao exercício pleno da cidadania. Esses processos serão fomentados por meio da busca do envolvimento participativo, do empoderamento, da construção da autonomia e da apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, atitudes e comportamentos que viabilizem, aos grupos sociais prioritários envolvidos, mas igualmente aos demais agentes sociais locais, as condições objetivas para uma leitura e compreensão crítica dos problemas socioambientais presentes no território que habitam, e que contribuam no desenvolvimento de capacidades para desencadear intervenções e ações na perspectiva de conquistar melhor qualidade de vida.

Pelo conhecimento prévio da Macrorregião do Pampa, em particular por conta da história de mais de 30 anos do significativo assentamento no município de Hulha Negra, temos ciência de que, entre os vários segmentos sociais possíveis, os camponeses assentados se constituirão em públicos a serem abarcados nos processos educativos a serem desencadeados no contexto desta Linha de Ação e, eventualmente, no âmbito da Linha de Ação 2, a depender dos resultados que irão emergir da aplicação do DSAP.

Trata-se de uma linha de ação definida a priori, sem observar os resultados que serão gerados pelo Diagnóstico Socioambiental Participativo, mas que está assentada nos princípios e objetivos adotados nesta proposta de Programa de EA.

4.1.1.1 Metodologia –

A concretização desta linha de ação se dará por meio da Metodologia que definimos como **Círculos de Diálogos Comunitários**, estratégia inspirada nas práticas vinculadas à educação popular. Trata-se de estimular e induzir a interação nos municípios alcançados pelo programa, inicialmente junto aos grupos sociais mais vulneráveis segundo o mapeamento das respectivas secretarias de assistência social e de meio ambiente, de um coletivo constituído por lideranças comunitárias locais e/ou por pessoas reconhecidamente representativas, ao qual serão convidados a se somarem aos demais grupos sociais, representantes do segmento governamental, do setor produtivo e laboral, bem como do terceiro setor e demais entidades, instituições e/ou associações existentes no território.

A motivação inicial dos encontros que darão origem aos “Círculos de Diálogos Comunitários”, atividade a ser instituída de forma continuada, diz respeito ao acesso às informações relativas ao tipo das atividades desenvolvidas pela CGT ELETROSUL – UTE



Candiota III Fase C, esclarecendo e democratizando informações sobre os riscos do empreendimento para o meio ambiente e para as comunidades inseridas na sua área de influência, oferecendo aportes e subsídios para a identificação e prevenção de eventuais danos e impactos socioambientais decorrentes da operação do empreendimento; dando a conhecer o Plano Básico Ambiental (PBA), formado pelas condições gerais, específicas, programas e condicionantes ambientais, a partir do qual o empreendimento foi autorizado a operar; informando sobre iniciativas e programas de monitoramento, controle e mitigação ambiental desenvolvidas pela unidade e por ela manifestadas para inserção no referido Programa de Comunicação Social pelo viés da Educomunicação.

Esta interação inicial poderá dar origem a demandas, por parte do coletivo, de informações técnicas mais detalhadas sobre algumas das condições, programas ou condicionantes da Licença de Operação da UTE Candiota III – Fase C. Ocorrendo, cada uma das eventuais solicitações será alçada a condição de mote para promover o diálogo, para oferecer a explicação necessária e alimentar o debate.

A justificativa inicial dos primeiros encontros, agrega-se a possibilidade, a partir do envolvimento participativo dos representantes que integrarão os coletivos, da definição de uma pauta mais ampla que diga respeito ao conjunto dos problemas socioambientais presentes no território de cada um dos municípios, conhecidos, reconhecidos e identificados pelos participantes desses fóruns. Essa pauta-cardápio se constitui na motivação propulsora de continuidade do trabalho dos Círculos de Diálogos Comunitários, que continuará em atividade se debruçando sobre os problemas concretos presentes no seu território e serão transformados em estímulo para estudos, debates e busca de equacionamento.

Duas variáveis complementares possuem o potencial de gerar, nesse movimento, um círculo virtuoso de interações nos territórios dos respectivos municípios: **i)** agentes sociais de diferentes segmentos envolvidos nos Círculos de Diálogos proporcionam diferentes leituras e formas de conhecimentos para lidar com os temas, viabilizando-se assim o diálogo e compartilhar de saberes na construção de alternativas para o problema em tela, gerando um ganho significativo; **ii)** agentes de diferentes segmentos envolvidos na mesma ação educativa gera condições objetivas para se “combinar e articular” iniciativas, projetos e programas, gerando “potência de ação”, viabilizando assim a racionalização no uso dos recursos humanos e materiais

Rua Catiguá, 159 – sala 601 – Tatuapé – S.Paulo/SP – CEP.: 03065-030

Fones: (11) 31295765 ou (11) 987880990

CNPJ: 69.108.124/0001-91

www.institutoecoar.org



disponíveis, facilitando a definição de políticas públicas, estimulando o desencadeamento de ações por parte da sociedade civil organizada, facilitando processos e otimizando os resultados.

A perspectiva é que os “Círculos de Diálogos” sejam promovidos de forma alternada, em diferentes ambientes e espaços disponíveis junto às comunidades prioritárias (escolas, salões paroquiais, sede de associações de bairros, centro de tradições gaúcha, entidades recreativas, etc), e demais ambientes apropriados e que possam ser disponibilizados pelos outros integrantes dos Coletivos.

Para ser sustentável, os encontros dos Círculos de Diálogos Comunitários devem ocorrer em periodicidade que favoreça a participação, sugerindo-se uma vez ao mês em cada um dos municípios e, no entremeio dos encontros, o esforço deve estar centrado em promover e fomentar a participação, realizando visitas semanais alternadas, por segmento, aos participantes, e gerando conteúdos, informações e peças educacionais nos interstícios, que sejam veiculadas e disseminadas em todo o tecido social, favorecendo e qualificando os debates.

Com os Círculos mobilizando e articulando as comunidades, resultados e transformações efetivas poderão ganhar forma e gerar mais potência ao processo educativo, quiçá alcançando a totalidade da população e proporcionando as condições para transformar o território num município educador sustentável.

4.1.2 – Linha de Ação 2 – Educação Ambiental no Contexto da Agenda Comunitária

Diz respeito ao desencadeamento de processos em Educação Ambiental, ações e iniciativas que serão desenhadas e definidas a partir dos resultados quanto as prioridades identificadas após a realização do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DASP), que será promovido junto aos grupos sociais identificados no âmbito dos municípios de Candiota, Pedras Altas e Hulha Negra. As atividades serão desenhadas, portanto, de forma a promover a mitigação e/ou compensação em função dos eventuais impactos diretos e/ou indiretos mapeados no território e, nesse caso, as intervenções serão priorizadas pelos grupos sociais envolvidos.

Noutro sentido, com as comunidades, serão elencadas e priorizadas ações que possam promover autonomia e empoderamento, objetivando contribuir para a emergência das condições objetivas para a inserção dos atores sociais envolvidos nos



espaços de discussão, elaboração e/ou revisão de acordos e de instrumento para a gestão socioambiental territorial.

4.1.2.1 Metodologia –

Os indicadores que resultarão do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSAP) serão determinantes na definição da natureza das atividades a serem concebidas, buscando assim dar respostas as demandas que se originarão a partir da escuta atenta aos grupos sociais prioritários dos municípios envolvidos.

Não obstante a natureza das ações e atividades que serão concebidas em consonância com os indicadores que resultarão do DSAP, elas serão desencadeadas a partir de metodologia ativas, buscando, de forma permanente, o envolvimento participativo e o protagonismo dos agentes sociais envolvidos.

4.1.3 Diagnóstico Socioambiental Participativo como Processo Pedagógico

Ainda que o Diagnóstico Social Participativo seja tradicionalmente concebido e utilizado como uma estratégia para mapear, conhecer, levantar indicadores, enfim, para fazer avaliação da realidade para, sem seguida, interpretar e apresentar proposições a partir das constatações identificadas, ele também pode ser entendido como um ato pedagógico.

Na medida, portanto, em que o objetivo do diagnóstico é a geração de um novo conhecimento sobre um determinado contexto social, por exemplo, sendo desenvolvido com a participação das lideranças locais, ou por qualquer outro integrante e focado nos principais problemas da localidade em todas as áreas (social, econômica, cultural, ambiental, físico-territorial e político-institucional), o propósito da atividade coloca o conjunto de pessoas (facilitadores de processos e agentes da comunidade) em condição de relação e, na relação, segundo uma das matrizes do pensamento freiriano, as pessoas aprendem juntas.

Assim, o DSAP que aqui está sendo proposto é, ao mesmo tempo, uma estratégia para conhecer e analisar a realidade das comunidades em condição de vulnerabilidade socioambiental nos municípios de Candiota, Pedras Altas e Hulha Negra, com o fim de identificar e priorizar os problemas que a mesma quer resolver, servindo de subsídios para a implementação da Linha de Ação 2, acima apresentada, e também se constitui



numa troca de conhecimento e saberes, informações e saberes quanto as interações e impactos entre o empreendimento e as comunidades do entorno.

A Linha de Ação 2 prevista no âmbito do PEA, “Educação Ambiental no Contexto da Agenda Comunitária”, está diretamente relacionada, como mencionado acima, à realização de um Diagnóstico Socioambiental Participativo, com o objetivo precípua de repercutir as demandas que se originarão a partir do diálogo e da escuta atenta dos grupos sociais circunvizinhos ao empreendimento, valendo-se das experiências de vidas na região para compreender melhor o meio socioambiental ao qual a companhia está inserida.

O DSAP não representa apenas um instrumento de levantamento de informações qualitativas e/ou quantitativas a respeito das diferentes dimensões da vida no território onde o empreendimento está instalado, mas trata-se de um processo ativo e inicial de reunião, articulação e engajamento com lideranças comunitárias nas atividades de proteção ao meio ambiente natural, à qualidade de vida da população e ao fortalecimento dos grupos sociais impactados pelas atividades do empreendimento, contribuindo para que esses atores sociais possam assumir, de forma efetiva e qualificada, um papel protagonista no processo de gestão ambiental pública, de forma a efetivar uma gestão ambiental participativa.

O Diagnóstico Socioambiental Participativo aqui proposto busca identificar as potencialidades educativas socioambientais existentes na comunidade, a fim de reconhecer aquelas que podem ser apoiadas ou fortalecidas para dar mais efetividade às ações do Programa de Educação Ambiental (PEA) do empreendimento, almejando promover o engajamento comunitário na garantia da sua própria qualidade de vida, no envolvimento à preservação e proteção ambiental.

Estamos nos propondo a promoção do DSAP buscando, portanto: - identificar, reunir e articular as lideranças comunitárias da área de influência do empreendimento com atuação ou interesse na área ambiental; - identificar e caracterizar a percepção da comunidade acerca dos problemas ambientais e conflitos que estejam direta ou indiretamente relacionados ao impactos do empreendimento e da cadeia produtiva da termelétrica; - mapear potencialidades educativas ambientais (instituições, lideranças, movimentos, unidades de conservação e programas) existentes na área de influência direta do empreendimento, identificando iniciativas que poderão ser apoiadas e fortalecidas por meio do PEA; - subsidiar a construção da Linha de Ação 2 do PEA com



proposições de ações que contemplem as demandas e oportunidades diagnosticadas e que efetivamente auxiliem na mitigação dos impactos ambientais negativos; - localizar moradores socialmente ativos e influentes (lideranças) e que se identifiquem com a temática ambiental na região circunvizinha ao empreendimento ; - identificar possíveis instituições parceiras e colaboradores ambientais na região; - arrolar potencialidades, fragilidades, ameaças e oportunidades de melhoria para desenvolvimento da região; - caracterizar a situação ambiental da região, detectando situações-problema ou conflitos socioambientais que possam influir de alguma forma na execução de um programa de educação ambiental na comunidade; -conhecer a diversidade socioambiental da região do empreendimento para que diferentes grupos sejam incluídos de forma democrática no Projeto de Educação Ambiental; - identificar estruturas físicas e possíveis instituições parceiras para prática de atividades.

O DSAP será aplicado nos municípios que territorialmente estão mais próximos ao empreendimento, Candiota, Pedras Altas e Hulha Negra, iniciando-se naqueles bairros ou agrupamentos que já são caracterizados como comunidades vulneráveis em função de alguma classificação e/ou indicador já pré-existente. O próprio diagnóstico que resultará da aplicação do DSAP objetiva identificar a condição social e ambiental das comunidades, reforçando situações já reconhecidas ou identificando novas circunstâncias sociais de vulnerabilidade socioambiental.

4.1.3.1 Metodologia –

O DSAP será viabilizado por meio da aplicação do Diagrama de Venn, cuja operacionalização envolve diálogos que são participativos e interativos, para fins de caracterização dos contextos e identificação das relações e interações existentes naqueles territórios. O Diagrama funciona de forma a explorar o ambiente interno e externo das comunidades, identificando e caracterizando as relações com as instituições e grupos existentes, facilitando a comunicação empreendimento-atores sociais, para posterior análise e incorporação dos resultados nas estratégias pedagógicas da Linha de Ação 2.

Uma vez definido a intencionalidade de colocar em evidência as relações que se estabelecem entre os membros das comunidades envolvidas e as instituições para reconhecer a importância destes fatores nos processos de decisão e desenvolvimento



comunitário, aplicar-se-á efetivamente a metodologia fim, nos termos descritos abaixo:

O propósito é reunir grupos de pessoas que tenham experiência em relação ao coletivo e às instituições vinculados às respectivas comunidades em cada um dos municípios. Como passo seguinte, explica-se os objetivos da ferramenta aos participantes. Na sequência, desenha-se um círculo no centro de um pedaço grande de papel (tipo pardo), previamente preparado, para representar cada comunidade. Logo em seguida, a metodologia exige identificar e desenhar os grupos e organizações que tenham relações com as comunidades. Ato contínuo, o objetivo é localizar estes grupos ou organizações no entorno do posicionamento de cada comunidade. As instituições que têm menos relações com a comunidade são desenhadas mais longe do círculo, e as que têm mais relações são desenhadas mais perto.

Com linhas e setas se caracteriza o tipo de relações entre os grupos e ou instituições e comunidade, podendo identificar se se trata de uma relação recíproca ou não-recíproca. Serão anotados comentários que caracterizam os tipos de relações acima ou abaixo das setas. Uma vez terminado o desenho, será feita uma segunda revisão pelos comunitários que participam.

O resultado da aplicação do Diagrama de Venn já oferecerá, intrinsecamente, informações estruturantes sobre as relações sociais e institucionais e seus respectivos contextos nos territórios. Os desenhos e os fluxos se constituirão nas evidências mais significativas. A aplicação deste instrumento será gravada, bem como acompanhada de anotações geradas a partir da técnica do olhar atento, registradas em caderno de campo (no qual serão anotadas todas as informações resultantes dos diálogos, posicionamentos, reações e falas, bem como anotadas toda e qualquer observação realizada).

Entrevistas amostrais igualmente serão realizadas como estratégia do rastreamento triangulado de informações. A continuidade do trabalho refere-se a análise do conjunto dos materiais levantados, incluindo os resultados da aplicação do diagrama, as gravações (plataforma audiovisual) e as anotações contidas no caderno de campo e as entrevistas. Para tal fim, será utilizada a Análise Textual Discursiva (ATD), bem como contaremos com o suporte do software Atlas.TI para alcançar a sistematização e categorização das informações.

NOTA – Importante destacar que as Linhas de Ação concebidas no âmbito do PEA, acima apresentadas, permitem, de um lado, o desencadeamento, de forma imediata, de um processo educativo mais abrangente, o que denominamos de “Educação Ambiental, Cidadania e Gestão Ambiental Pública”. Do outro, o processo pedagógico denominado “Educação Ambiental no Contexto da Agenda Comunitária” está atrelado a realização do Diagnóstico Social participativo. No movimento e execução dos dois processos formativos, mediados pela concepção do DSAP também como uma linha de ação (“Diagnóstico Social participativo como processo Pedagógico”), como dito linhas acima, deverão ocorrer pontos de convergências, potencializando as ações. E ambos trabalhos estão rigorosamente pautados nas premissas previstas nos documentos orientadores expedidos pelo IBAMA.

4.2 – Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores (PEAT) –

Ementa:

Trata-se da organização e oferta de processos pedagógicos em Educação Ambiental, buscando o envolvimento participativo dos trabalhadores que atuam diretamente no âmbito da planta de geração térmica de energia elétrica (funcionários, colaboradores, terceirizados), e também daqueles que interagem com o empreendimento de forma indireta (fornecedores, profissionais do setor de transportes, entre outros). Estes processos serão desenvolvidos objetivando o desenvolvimento dos trabalhadores no sentido de promover processos educativos continuados com vista a avaliar os danos e riscos ambientais decorrentes da atividade laboral e formas de minimizá-los, como também para refletir sobre aspectos éticos da relação sociedade-natureza.

4.2.1 – Linha de Ação 1 – Educação Ambiental, Trabalho, Saúde e Bem-Estar

Refere-se a viabilização de processos de ensino-aprendizagem visando à formação continuada dos trabalhadores que atuam no âmbito do empreendimento, e também para aqueles que interagem com este ambiente mesmo que de forma eventual e/ou indireta, buscando gerar as condições objetivas para o desenvolvimento individual e coletivo da observação atenta com vista ao reconhecimento e prevenção de eventuais riscos e danos socioambientais e à integridade física, para si próprios, para as comunidades situadas na área de influência e para o meio ambiente, passíveis de decorrerem do empreendimento. Vivenciando o ambiente do empreendimento em função da rotina de trabalho, os processos educativos poderão contribuir, por meio do desenvolvimento de habilidades e competências, na identificação e mapeamento dos eventuais riscos a integridade física dos trabalhadores, bem como o potencial de impacto desses riscos para as comunidades e para o ecossistema.

Como o empreendimento e a cadeia de interações que suscita representa o que poderíamos definir como um “Ecossistema Laboral”, os processos educativos igualmente



buscarão repercutir questões relacionadas à Saúde, abordando temas como alcoolismo, drogas, hepatites, DST e AIDS, gravidez na adolescência, vetores de doenças e animais peçonhentos, entre outros pontos.

A consecução desta linha de ação está relacionada a intenção do bem-estar no ambiente de trabalho, a garantia da qualidade de vida das comunidades e a manutenção de um meio ambiente equilibrado.

4.2.1.1 Metodologia –

O âmbito laboral gerado pela CGT ELETROSUL na UTE Candiota III Fase C também se constitui numa dessas situações pedagógicas de partilha da vida e, nela, os trabalhadores que ali atuam se veem às voltas com trocas de significados, de saberes, de valores, de ideias, de conhecimentos e técnicas de variada natureza, mas muito fortemente sobre o próprio contexto de trabalho. Esta unidade da vida cotidiana é chamada, no âmbito da educação, de “Comunidade Aprendiz”. Trata-se, portanto, de um desses lugares onde há o fazer como o motivo principal do grupo (nesse caso, desenvolver a atividade profissional junto ao empreendimento) e também é o local onde as pessoas estão compartilhando saberes entre elas, ensinando-se e aprendendo.

Conhecimentos e saberes técnico-profissionais interagem com conhecimentos variados da vida cotidiana e local. Nesse sentido, é possível afirmar-se que há uma ponte enorme pela qual pode-se intercambiar informações e saberes sobre essas duas situações de vida: o mundo do trabalho e o mundo da comunidade.

Este contexto justifica o nome dado a metodologia pela qual pretendemos que esta linha de ação ganhe concretude: “Coletivo Aprendiz”. Diz respeito, portanto, a formação de um Coletivo constituído pelos trabalhadores da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica Candiota III Fase C que, motivados pela construção do bem-estar, levam à cabo, por meio do diálogo entre pessoas que aprendem e ensinam participando, o debate sobre a natureza e condições de trabalho, com foco no reconhecimento, identificação e prevenção de eventuais riscos à integridade física pessoal e do grupo de trabalhadores, bem como dos possíveis riscos que podem depreender das atividades do empreendimento para as comunidades e para o meio ambiente.

A perspectiva é transformar cada trabalhador(a) em leitor e interprete da

Rua Catiguá, 159 – sala 601 – Tatuapé – S.Paulo/SP – CEP.: 03065-030

Fones: (11) 31295765 ou (11) 987880990

CNPJ: 69.108.124/0001-91

www.institutoecoar.org



situação e condições de trabalho, buscando socializar, discutir, avaliar e propor encaminhamentos em relação a problemas concretos tratados pelo coletivo. O Coletivo Aprendente CGT ELETROSUL – UTE Candiota III Fase C representa a totalidade dos trabalhadores do empreendimento, mas que, pela lógica e dinâmica de trabalho, não conseguem estarem todos juntos ao mesmo tempo e no mesmo espaço. Assim, semanalmente, grupos menores, formados por representantes de cada setor/unidade, estarão reunidos fisicamente, para juntos construírem o formato mais adequado naquele contexto, de processos pedagógicos.

A cada semana, portanto, cada grupo terá a oportunidade de reunir-se para tratar de temas que dizem respeito ao trabalho, aos riscos pessoais, comunitários e para o meio ambiente natural, à saúde, à qualidade de vida. As pautas dos encontros serão discutidas e definidas de forma coletiva, por consenso, a serem tratadas oportunamente em função de um cronograma acordado consensualmente, podendo ser abordado a partir de saberes existentes no grupo ou contando com a participação de especialistas convidados, o que poderá agregar e qualificar os diálogos.

Esses encontros serão inicialmente moderados pelo grupo de facilitadores e educadores que atuarão nos processos educativos, até o momento em que surjam ou se forjem lideranças e educadores(as) constituídas no âmbito do próprio grupo que, adiante, deverão assumir a condução desses processos.

As inter-trocas no ambiente laboral irão favorecer o intercâmbio e atualização de informações entre os trabalhadores que formam cada grupo, ação que vai se potencializando e consolidando pelas estratégias de comunicação que serão adotadas, através da disponibilização de murais, grupo de e-mail e mensagens.

Como já mencionado, os temas indicados e selecionados se transformarão em mote das reuniões semanais, inclusive os relacionados a saúde.

Esta linha de ação possui um potencial de inter-trocas que extrapola o ambiente de trabalho, porque os trabalhadores da unidade de geração de energia, também possuem sua vida cotidiana estruturada no território, no município sede ou naqueles situados no entorno. Isso significa dizer que poderão se constituir em interpretes privilegiados na leitura e identificação de eventuais problemas que ligam o mundo do trabalho, da comunidade e do meio ambiente natural.

Por outro lado, por essa condição simultânea de trabalhadores do

Rua Catiguá, 159 – sala 601 – Tatuapé – S.Paulo/SP – CEP.: 03065-030

Fones: (11) 31295765 ou (11) 987880990

CNPJ: 69.108.124/0001-91

www.institutoecoar.org



empreendimento e moradores do lugar, poderão, dependendo do momento e circunstância, estar participando dos processos educativos dentro e fora da companhia.

4.2.2 – Linha de Ação 2 – Visitas Diretas ao Local de Trabalho

Refere-se a viabilização de processos de ensino-aprendizagem visando à formação continuada dos trabalhadores que atuam no âmbito do empreendimento, diretamente em seus locais de trabalho para ouvir as demandas potenciais de ação e compartilhar informações diretamente em seus locais de trabalho, cuja viabilidade do lugar permita a ação, buscando gerar as condições objetivas para potencializar o desenvolvimento individual e coletivo da observação atenta com vista ao reconhecimento e prevenção de eventuais riscos e danos a saúde e ao bem-estar, à integridade física, para si próprios e para seus pares passíveis de decorrerem do empreendimento. Vivenciando o ambiente do empreendimento em função da rotina de trabalho, os processos educativos poderão contribuir, por meio do desenvolvimento de habilidades e competências, na identificação e mapeamento dos eventuais riscos a integridade física dos trabalhadores, bem como o potencial de impacto desses riscos para as comunidades e para o ecossistema, sendo potencializadores do Programa de Saúde (PS).

Como o empreendimento e a cadeia de interações que suscita representa o que poderíamos definir como um “Ecossistema Laboral”, os processos educativos igualmente buscarão repercutir questões relacionadas à Saúde, cuja consecução desta linha de ação está relacionada a intenção do bem-estar no ambiente de trabalho, a garantia da qualidade de vida das comunidades e a manutenção de um meio ambiente equilibrado.

4.2.2.1 Metodologia –

O âmbito laboral gerado pela CGT ELETROSUL na UTE Candiota III Fase C também se constitui numa dessas situações pedagógicas de partilha da vida e, nela, os trabalhadores que ali atuam se veem às voltas com trocas de significados, de saberes, de valores, de ideias, de conhecimentos e técnicas de variada natureza, mas muito fortemente sobre o próprio contexto de trabalho. Esta unidade da vida cotidiana é chamada, no âmbito da educação, de “Comunidade Aprendiz”. Trata-se, portanto, de



um desses lugares onde há o fazer como o motivo principal do grupo (nesse caso, desenvolver a atividade profissional junto ao empreendimento) e também é o local onde as pessoas estão compartilhando saberes entre elas, ensinando-se e aprendendo.

Conhecimentos e saberes técnico-profissionais interagem com conhecimentos variados da vida cotidiana, das rotinas laborais, atividades voltadas esporte, lazer, bem como relações terapêuticas manifestadas pelas pessoas que trabalham no empreendimento. Nesse sentido, é possível afirmar-se que há uma ponte enorme pela qual pode-se intercambiar informações e saberes sobre essas duas situações de vida: o mundo do trabalho e o mundo da comunidade.

Este contexto justifica o nome dado a metodologia pela qual pretendemos que esta linha de ação ganhe concretude: “Coletivo Aprendente”. Diz respeito, portanto, a formação de um Coletivo constituído pelos trabalhadores da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica Candiota III Fase C que, motivados pela construção do bem-estar, levam à cabo, por meio do diálogo entre pessoas que aprendem e ensinam participando, o debate sobre a natureza, as relações e riscos das condições de trabalho, com foco no reconhecimento, identificação e prevenção de modo introdutório de eventuais riscos à integridade física pessoal e do grupo de trabalhadores, bem como dos possíveis riscos que podem depreender das atividades do empreendimento para as comunidades e para o meio ambiente.

A perspectiva é promover cada trabalhador(a) em leitor e interprete da situação e condições de trabalho, buscando socializar, discutir, avaliar e propor encaminhamentos em relação a problemas concretos tratados pelo coletivo. O Coletivo Aprendente CGT ELETROSUL – UTE Candiota III Fase C representa a totalidade dos trabalhadores do empreendimento, mas que, pela lógica e dinâmica de trabalho, não conseguem estarem todos juntos ao mesmo tempo e no mesmo espaço. Assim, semanalmente, grupos menores, formados por representantes de cada setor/unidade, estarão reunidos fisicamente, para juntos construírem o formato mais adequado naquele contexto, de processos pedagógicos.

A cada semana, portanto, cada grupo será visitado conforme a oportunidade articulada com gestores que permita tratar de temas que dizem respeito ao trabalho, aos riscos pessoais, comunitários e para o meio ambiente natural, à saúde, à qualidade de vida, bem como tomar conhecimento dos programas e ações de monitoramento,

Rua Catiguá, 159 – sala 601 – Tatuapé – S.Paulo/SP – CEP.: 03065-030

Fones: (11) 31295765 ou (11) 987880990

CNPJ: 69.108.124/0001-91

www.institutoecoar.org



controle e mitigação ambiental desenvolvidas pelo empreendimento, promovendo às relações de pertencimento as informações técnicas adotadas pela empresa para cumprimento de suas responsabilidades ambientais pelo viés da saúde individual, coletiva, segurança do trabalho.

As elencadas conforme os diálogos nos diversos lugares do empreendimento, tendo como centralidade a Educação Ambiental Crítica, elaboradas para permitir o levantamento de pautas dos encontros serão articuladores de proposta educacionais, por consenso, a serem tratadas oportunamente em função de um cronograma acordado consensualmente, podendo ser abordado a partir de saberes existentes no grupo ou contando com a participação de especialistas convidados, o que poderá agregar e qualificar os diálogos. Almeja-se, assim, participação e compreensão das equipes, incluindo gestores do empreendimento para garantia da qualidade de vida no lugar.

As inter-trocas no ambiente laboral irão favorecer o intercâmbio e atualização de informações entre os trabalhadores que formam cada grupo, ação que vai se potencializando e consolidando pelas estratégias de Educomunicação que serão adotadas, através da disponibilização de murais, lista de transmissão de mensagens, cards, podcast's, vídeos e grupo de e-mail e mensagens.

5) MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Qualquer estratégia de monitoramento e avaliação dos processos formativos em EA adotados na presente proposta deve, para guardar coerência, estar alinhada às perspectivas para qual apontam a noção de educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória. Nesse sentido, portanto, devem ser acordados com os grupos sociais e demais agentes envolvidos nesses processos. Uma vez considerando esse fundamento, entende-se que monitoramento e avaliação são estruturantes como estratégia para aferir os progressos e gargalos, alcance e efetividade, bem como para validar potencialidades e desafios quanto ao desenvolvimento dos processos formativos.

A rigor, considerando a lógica proposta para execução das linhas de ação que estruturam o PEA e o PEAT, monitoramento e avaliação são partes que estão interligadas por um processo de diálogo. Planejamento, monitoramento e avaliação, portanto, devem ser resultado da construção de um sistema participativo, esforço que pressupõe



o diálogo e a negociação como elementos-chave, o que, em si, constituiu um grande desafio, assim como subentende o embasamento em duas dimensões, a técnica e a política, que aqui deve ser assumida como um processo protagonista de participação e interação dos grupos sociais envolvidos. Ao assumirem esta condição ativa, cada um dos agentes participantes no processo está, na verdade, de forma coletiva, pessoal e institucional, colaborando na construção dos equacionamentos para os problemas que se colocam no nosso tempo.

Esta proposta de planejamento, monitoramento e avaliação deve ser entendida, de um lado, como uma concepção, pois procura orientar-se por uma lógica política de envolvimento participativo, da qual a busca pela eficiência é uma função e; por outro, como sistema, em virtude de reunir um conjunto de instrumentos e procedimentos; e sobretudo como processo, por reconhecer a necessidade de construir coletivamente cada decisão a ser tomada.

Como eixo central desta concepção a proposição aqui apresentada, em consonância com as diretrizes teórico-conceituais apresentadas em seção anterior (Item 2.1), propõe uma perspectiva estratégica baseada nas seguintes noções: transparência, responsabilidade socioambiental, processos educativos em Educação Ambiental, contexto de aprendizagem, envolvimento solidário e participativo (Círculos de Diálogos Participativos).

Com essas premissas, o sistema deve: - ser transparente, ou prestar contas, do que se faz, de modo compreensível, para todos os possíveis interessados, devendo estar ao alcance de todos que desejarem ter acesso à informação, sendo possível a qualquer um, ver o que se faz; - proporcionar as condições para que se desenvolva a compreensão de instituições, entidades, governos e sociedade civil, enfim, de que todos nós, temos compromisso de natureza ética, moral, política e com o nosso próprio tempo no sentido de ajudar a construir alternativas para a grave crise socioambiental que atravessa o nosso presente; - fortalecer a perspectiva de que o licenciamento ambiental é uma ferramenta que visa a garantir direitos e a manter a qualidade de vida do meio ambiental natural no contexto de empreendimentos com potencial de impacto no território; - viabilizar as condições necessárias para que os atores envolvidos sejam efetivados como “participantes”, isto é, que se assumam como sujeitos capazes de influir nos rumos dos processos formativos a serem implementados.

Rua Catiguá, 159 – sala 601 – Tatuapé – S.Paulo/SP – CEP.: 03065-030

Fones: (11) 31295765 ou (11) 987880990

CNPJ: 69.108.124/0001-91

www.institutoecoar.org



Almeja-se que com essa experiência as pessoas se descubram capazes de intervir em situações (problemas socioambientais) que afetam suas próprias vidas; - estimular processos de reflexão, nos quais o exercício da crítica e da identificação de eventuais falhas ou dificuldades na execução ganhe sentido positivo e propositivo, e que promovam o crescimento dos grupos envolvidos. A principal pergunta que deve ser feita a cada momento é: que lições aprendemos dessa vez?

Sobre os instrumentos e dinâmica do sistema:

- 1) Definir, um Plano Anual de Trabalho, contendo objetivos, resultados esperados, atividades e cronograma. Este documento marca o início do ciclo anual do projeto, detalha as ações para o período e constitui a principal referência para o monitoramento do projeto ao longo de um período.
- 2) O principal instrumento do sistema são os Processos Participativos de Revisão e Reflexão, que representa oportunidade para os participantes apropriarem-se das lições aprendidas até aquele momento, de modo a influir na definição de novos passos. É importante garantir que o olhar crítico sobre o que foi realizado tenha, nesses processos, sentido positivo e propositivo. O método para garantir a revisão e reflexão consiste, basicamente, na retomada do plano de trabalho. Participarão do processo o conjunto das pessoas nele envolvidos (por isso, participativo), e as informações devem estar disponíveis a todos sobre o que foi realizado até aquele momento. E os debates devem estar orientados para verificar: i) o ponto onde se chegou; ii) em que condições se chegou; iii) o que fazer para avançar. Concebemos, para concretizar esta etapa, a utilização de metodologias e técnicas participativas como forma de dinamizar o processo; técnica como a construção coletiva de diagramas e mapas, uso de imagens, visitas de campo e dramatização são alguns exemplos que podem contribuir para ampliar a participação.
- 3) Os Processos Participativos de Revisão e Reflexão, considerando a periodicidade com que for realizado, trimestralmente, quadrimestralmente, ou noutro interstício, devem ser registrados em um Relatório Parcial, contendo avaliação, em termos de avanços e limites, do que foi realizado, e as eventuais propostas de adequação para o restante do ano. Ao final do período, deve ser gerado um Relatório Anual, considerando os mesmos aspectos dos Relatórios Parciais e mais as lições apreendidas, além do plano de trabalho para o ano seguinte.
- 4) Considerando o processo como um todo (e em particular os relatórios resultantes da Revisão e Reflexão) e o conjunto de experiências e informações que foram produzidas (relatórios parciais) ao longo da execução do Planejamento Anual, pode-se pensar em avançar para a produção dos

Rua Catiguá, 159 – sala 601 – Tatuapé – S.Paulo/SP – CEP.: 03065-030

Fones: (11) 31295765 ou (11) 987880990

CNPJ: 69.108.124/0001-91

www.institutoecoar.org

indicadores de avaliação que é sempre uma questão complexa, sobretudo quando se pretende construir indicadores de modo participativo, abrangendo o coletivo das Pessoas que estão Aprendendo Participando. O desafio, nesse contexto, é a construção de indicadores com parâmetros de comparação que tornem possível a verificação, garantindo a avaliação. Considerando essas questões e o fundamento do envolvimento solidário e participativo, um produto em especial deve ser considerado como referência de indicador a ser associados as proposições estratégicas adotadas no Plano de Trabalho, não esquecendo que a centralidade dessa intencionalidade está voltada, permanente e continuamente, na concretização dos processos formativos em EA previstos nesta proposta. Como produto especial referimo-nos ao **Registro Descritivo do Processo**: documento que deve conter o registro analítico e reflexão do Plano de Trabalho referente ao período de execução, incluindo: breve registro da metodologia; avaliação sobre o ano; dados quantitativos e qualitativos que sustentem essa análise; lições para o próximo planejamento (o que se mantém, o que se modifica; e outros). Nesse ponto, estão estabelecidas as condições objetivas para a definição coletiva da estratégia de construção de indicadores, que deve ser resultado do cruzamento e cotejamento das seguintes variáveis: i) o Plano Anual de Trabalho, no qual estão expostos os objetivos, resultados esperados, atividades e cronograma); ii) o Relatório Anual que resulta dos processos Participativos de revisão e reflexão referente a execução do Plano de Trabalho; iii) a definição das bases de planilhas demonstrativas (em linhas e colunas), cruzando o item i e ii e tomando como referência os objetivos estratégicos adotados. Resultará, deste cruzamento, o exercício de análise e geração do indicador (que pode ser definidos em termos qualitativos, quantitativos ou qualiquantitativos).

Estamos considerando, em termos de opção quanto a metodologia participativa na construção de indicadores, as metas definidas, a priori, no contexto dos programas de EA e suas respectivas linhas de ação em termos de demandas, bem como considerando os insumos necessários, os processos, produtos e resultados de forma a disponibilizar um instrumento simples, ágil e útil para a avaliação, mais transparente e de mais fácil comunicação com todos os interessados na tomada de decisão.

6) PLANEJAMENTO E METAS

O planejamento e metas apresentados abaixo está considerando as atividades que serão desenvolvidas entre setembro de 2022 e março de 2023 e não está contemplado, nesta versão preliminar, as iniciativas, programas e projetos vinculados a linha de ação 4.1.2, uma vez que, como mencionado em item anterior, serão organizadas em função da realização e conclusão do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSAP).

2022 / 2023

Período / Mês	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	METAS
Ações / Atividades							
Versão Preliminar do PEA-PEAT							Avaliação da CGT ELETROSUL e Submissão ao IBAMA
Realização do DSAP							Conclusão de todas as etapas do DSAP. Os dados oriundos do DSAP serão utilizados para elaboração da Linha de Ação 2 do PEA.
Atividade de campo nos três (3) municípios: Candiota, Pedra Altas e Hulha negra.							
Processamento dos dados, elaboração e entrega do relatório consolidado do DSAP							
4.1 – PEA – Linha de Ação 1: “Educação Ambiental, Cidadania e Gestão Ambiental Pública.							
Encontros Mensais do Círculos de Diálogos Comunitários.							Realização de 06 encontros até o final do período.
Visitas semanais alternadas junto aos grupos prioritários e demais segmentos e atores sociais							Realização de 24 visitas até o final do período.
4.1. PEA – Linha de Ação 2: “Educação Ambiental no Contexto da Agenda Comunitária”							

Elaboração detalhada e submissão do PEA - Linha de Ação 2							Apresentação e submissão ao IBAMA da proposta da Linha de Ação 2 do PEA.
Modelo de materiais referente as linhas de ação do PEA							
Elaboração e entrega dos relatórios mensais referentes as linhas de ação do PEA							
4.1. – PEAT – Linha de Ação 1 – Educação Ambiental, Trabalho – Linha de Ação 2: Saúde e Bem Estar							
Encontros Semanais do Coletivo Aprendente							Realização de 24 encontros até o final do período.
4.2. – PEAT – Linha de Ação 2 – Visitas Diretas ao Local de Trabalho							
Visitas Semanais aos setores/unidades da Companhia (ambientes viáveis).							Realização de 24 visitas até o final do período.
Modelo de materiais referente ao PEAT							
Produção de Vídeo-aula							
Elaboração e entrega dos relatórios mensais referentes ao PEAT							
Proposta Consolidada do PEA e PEAT para período 2023/2024.							Elaboração e submissão da proposta ao empreendimento.

Observações:

- O planejamento e as metas foram concebidos considerando a atuação semanal da equipe de execução tanto na planta do empreendimento (onde ocorrerá a formação com os trabalhadores) quanto nas atividades de campo, a serem executadas nos municípios de Candiota, Pedras Altas e Hulha Negra.
- A versão .2 da Linha de Ação do PEA depende, como já explanado, da conclusão do DSAP, e esta versão, quando concluída, será submetida as considerações e análise do IBAMA



antes do início da sua execução.

- As metas estão quantificadas na coluna correspondente e foram planejadas em estrita consonância com a dinâmica de execução do trabalho.
- A elaboração de proposta do PAE e PEAT para o período de 2023 e 2024 será elaborada a partir da avaliação e alcance dos primeiros 06 meses de execução e considerando a necessidade de uma pactuação físico-financeira compatível com os propósitos a serem desenhados para aquele interstício.

7) EQUIPE MULIPROFISSIONAL DE EXECUÇÃO

O Programa de Educação Ambiental, em atendimento a Condicionante 2.5.1 da Licença de Operação Nº 991/2010 - 1ª Renovação da UTE Candiota III Fase C, será executado por profissionais especializados da área de educação e educomunicação ambiental, articulados com a equipe dos Programas de Comunicação Social e de Saúde.

8) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio. **Encontros e Caminhos. Formação de Educadores Ambientais e Coletivos Educadores**. Brasília: MMA. Volumes 1, 2 e 3.

MESQUITA, Z.; BRANDÃO, Carlos Rodrigues, **Territórios do Cotidiano**. Uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1995.

QUINTAS, J. S. Introdução a Gestão Ambiental Pública. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

_____. Educação no Processo de Gestão Ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: Layrargues, P. P. (Coord.). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília, MMA, 2004.

QUINTAS, J.S; GUALDA, M. J. Formação do Educador para atuar no processo de Gestão Ambiental. Brasília: Edições IBAMA, 1995. (Série Meio Ambiente em Debate 1).

São Paulo, 14 de setembro de 2022.

Miriam Duailibi
Presidente